

Boletim

# O Gabelense

Volume V - nº 11 | dezembro 2002

crônicas da minha terra  
quando as paixões  
falam mais alto

encontro anual  
**mogofores 2002**

# quantos somos? o que fazemos? onde estamos?

a direcção

Lançamos uma ideia... Questionamos... Seria de facto muito bom sabermos de nós...

É que já são decorridos cerca de trinta anos que nos fixamos no "Continente" vindos de África, a maioria da nossa Gabela – Amboim – Cuanza-Sul – Angola.

Além do mais é evidente que muitos no decorrer do tempo, também mudaram de localidade de residência, o que origina a devolução do nosso Boletim que, para além das despesas inerentes à remessa, nos obriga a esforços dobrados para reenviá-lo, por vezes, quase sempre, com novas devoluções. Tenham a

preocupação de, se desejarem continuar a receber o boletim, nos comunicar as vossas novas moradas.

Respostas ao nosso apelo, apenas uma, de Maceió –Brasil.

Recordamos que o nosso boletim – O GABELENSE –, é enviado a cerca de seiscentos gabelenses que, para além da distribuição semestral para Portugal, inclui também Angola, Moçambique, Estados Unidos e Brasil.

Para que nossa Associação subsista e com ela o boletim, é necessário a participação e voluntariedade de todos - colaboradores e patrocinadores - para que lhes possam dar continuidade. Os órgãos associativos, por si só, apesar

dos melhores esforços que têm feito e que se louvam são insuficientes e começam a ser carentes.

Um sentimento de grande reconhecimento para aqueles bons gabelenses que nos têm acompanhado, comparecendo aos encontros, ajudando-nos e apoiando-nos, com as suas contribuições, que nos estimulam a continuar, cientes que estamos a prestar uma participação para a continuidade da sociedade gabelense, cuja Associação, em boa hora foi constituída e com ela criado o nosso Boletim, que cada vez nos aproxima mais.

Continuamos a contar com o apoio de todos! 

## índice

## ficha técnica

editorial	página 2
um gabelense de sucesso	página 3
ai ué angola	página 4
quantos somos	página 5
preâmbulo	página 6
revendo o que lá vai	página 8
encontro de mogofores 2002	página 9
crónicas da minha terra	página 14
a décima ilha dos açores	página 17
angola e o futuro	página 23

### propriedade

Associação dos Naturais ex-Residentes e Amigos da Gabela  
Rua Américo Durão, lote 16 – 7º C  
1900 LISBOA  
Telefone: 21 848 23 23

### redacção

Todos os Gabelenses

### composição gráfica

Elsa de Almeida

### impressão

Tipolito – Gráfica Regional, Lda.

### periodicidade

Semestral

# antónio eduardo fernandes

Mais um gabelense no topo das maiores companhias do género, não só nos Estados Unidos, mas de todo o mundo – a American Medical Response.

António Eduardo Fernandes, mais conhecido por Tony Femandes, nasceu na Gabela no ano de 1962. Com cinco anos de idade, mudou-se para a Capanga com os seus pais. Aos sete anos foi vítima de uma doença da qual ainda hoje sofre, a asma, tendo consultado tudo o que era médicos em Angola, inclusive, o único especialista nesta doença asmática, o Dr. Damas Mora. Nada lhe valeu, tudo atenuava, mas nada curava ...

Frequentou a escola primária, no Instituto do Café na Capanga, ali fez a terceira classe. Regressou à Gabela e frequentou o Colégio Infante de Sagres, aonde fez a quarta classe, tendo sido seu professor o senhor Marito.

Com a triste descolonização, aos treze anos, foi obrigado a abandonar a sua terra assim como tantos outros angolanos e veio para Portugal, tendo fixado residência na Barra, concelho de Ílhavo. Aí foi matriculado no colégio em Ílhavo, que frequentou durante dois anos. Por motivo de doença, que sempre teimava em não o deixar estudar, porque parte do tempo passava-o internado no hospital, foi matriculado na cidade do Porto, indo viver para casa de uma tia, para estar mais perto dum médico especialista que trabalhava no hospital de São João. Foi neste hospital que passou a maior parte dos dois anos que esteve no Porto.

Entretanto os seus pais emigraram



para a Califórnia ficando ele e dois irmãos no Porto com a tia. No dia do embarque dos pais estava ele no hospital internado.

Ficou com a passagem paga assim como os irmãos, para embarcarmos dentro de um mês, para a Califórnia. Quando chegou, passado poucos dias foi de emergência para o Fremont Hospital, onde esteve prestes a morrer mas, como diz o ditado, “quem de uma hora escapa, cem anos vive”. A partir daí foi tratado por uma médica chinesa, começando então a frequentar a escola com regularidade . Foi matriculado no Newark Memorial High School, que frequentou até aos dezoito anos. Saiu da escola e foi trabalhar para o Canadian Bank em Los Altos onde chegou a chefe do departamento de créditos, permanecendo aí durante quatro anos.

Como os pais se separaram optou ficar com a mãe, bem como os dois irmãos. Aos vinte e dois anos constituiu família. Passados poucos meses o Banco fecha e fica no desemprego. Deus quando fecha uma porta abre quase sempre duas... O que não aconteceu, porque os Estados Unidos estavam numa grande crise de trabalho. Maus bocados se passaram, tudo correndo mal, casado, com família para

sustentar...

Após quatro meses no desemprego fez uma aplicação (inscrição) e entra para os escritórios da Regional Ambulance. Aí começa a trabalhar e a subir e, em pouco tempo, era chefe de departamento. Passados dez anos, uniram-se quatro companhias numa só e fizeram o que é hoje a American Medical

Response ou seja a maior companhia do género nos Estados Unidos e resto do Mundo, que tem, hoje, ao seu serviço vinte e dois mil funcionários. Da primeira companhia passaram para esta poucos funcionários, sendo um deles o Tony Femandes, que se apercebeu de que poderia ir mais longe, matriculando-se na Santa Clara State University. Durante quatro anos, trabalhando de dia e estudando à noite tirou o curso de Ciências em Computadores. Terminado o curso foi colocado como Director de Informação Tecnológica da Companhia e responsável pelo serviço em nove Estados - California, Oregon, Hawaii, Idaho, Montana, North e South Dacota, Alaska e Washington.

Este é mais um gabelense que triunfou em terras do Tio Sam, com muito querer e vontade de vencer, porque a vida nestas paragens não é nada fácil. Hoje tem os seus escritórios em Modesto na Rua 1 0, no quarto andar de um prédio de seis andares, todo ele ocupado com serviços da Companhia. É pai de três filhos Janathan, de 16 anos, Justin de 12 e Jessica de 2 anos que espero sigam os exemplos dos pais.

Deus continue a ajudar este gabelense de sucesso. 

# ai ué Angola

São Marques

Regressava hoje de Mira de Aire, da Escola Secundária onde dei aulas este ano cantarolando aquela música do Duo Ouro Negro:

“Minha terra é linda  
Como a água a nascer no deserto  
Ai, não levem a mal  
Eu gostar tanto dela  
Não levem a mal  
Eu falar tanto nela

Minha terra é linda  
Como o Sol a nascer no horizonte  
Ai, não levem a mal  
Eu gostar tanto dela  
Não me queiram mal  
Por falar tanto dela

Minha terra é livre  
Como vento a correr nas anharas  
Ai, não levem a mal  
Eu gostar tanto dela  
Não me queiram mal  
Eu falar tanto dela

Minha terra é linda  
Como a flor que nasce no muxico  
Não levem a mal  
Eu gostar tanto dela  
Não levem a mal  
Eu falar tanto dela

E todos querem acorrentá-la  
E todos querem roubá-la”

Ao chegar a casa fui ouvir outras músicas do Duo Ouro Negro: Kurikutela, Muxima, La Mamma, Suliram, Vou Levar-te Comigo ...

Tantas lembranças, tanta saudade e

tanta amargura ... Ai ué Angola. A “minha” Angola está a saque. E todos querem roubá-la ...

Esta semana encontrei casualmente numa loja de gangas, um jovem casal de irmãos que logo me chamaram a atenção, pois apesar de brancos, falavam à preto! Não demorou muito para que entre nós se entabulasse uma conversa animada em conjunto com as donas da loja, também retomadas de Angola.

Aqueles jovens irmãos (entre os 25 e os 30 anos) vivem em Benguela. Ela trabalhava no hospital e ele nas fazendas do pai. Mas se alguém precisa de qualquer tratamento ou cirurgia naquele hospital (como na maioria dos hospitais Angolanos), terá que levar tudo o que for necessário: desinfetante, estetoscópio, seringa, gaze, anestesia, ou qualquer medicamento ou instrumento necessário. O hospital não tem nada... os parentes terão que fornecer a alimentação para os seus doentes. E terão de pagar os serviços prestados. São assim os Serviços de Saúde em Angola. Ai... ué Angola...!

Perguntei-lhes se podem aproveitar as maravilhas de Benguela, ir à pesca ou passear naquelas praias magníficas. Riram-se ambos, dizendo que ninguém se atreve a isolar-se. Se quiserem viajar para outras terras terão que ir muitos carros e antecipadamente terem pago a “protecção”. De que se trata a “protecção” perguntei-lhes?! Simplesmente pagarem aos fardados para não sofrerem emboscadas. Numa coluna de dez carros, basta um deles se ter “esquecido” de pagar o tributo, certamente sofrerá um “acidente” no

caminho, uma bomba estrategicamente colocada...

Tão pouco poderão fazer-se ao mar, para uma pescaria, pois também aí sofrerão as consequências, se a dita “protecção” não foi atempadamente paga.

Ai... ué Angola!...

Alguém me chamou saudosista um dia, e que nós os cobardes saudosistas suspiramos por aquelas terras, mas que nada fazemos por ela... por Angola!! Que deveríamos ir para lá e... lutar por Angola.

Quem... eu pergunto... quem terá poder para inverter a situação?... Não são os dirigentes daquele país, pois que são os maiores corruptos, acumulando fortunas pessoais que espantam os mais ricos dos países desenvolvidos.

Angola está a saque!...

Os diamantes estão a saque!...

O mercúrio rosa está a saque! O petróleo está a saque!...

Um Português importou da Holanda dez vacas e um boi de uma boa raça para produzir leite e queijo. Mostrava orgulhoso os animais aos amigos. Alguns dias depois, numa só noite, vieram alguns carros militares e levaram todos os animais. Lá se foi o leite, os queijos e os dólares gastos! Acabou-se o empreendimento!...

Nos campos não se produz... porquê? Perguntam alguns. Porque o saque à produção é sistemático... As populações nem tão pouco têm direito a colher alguma mandioca, batata doce ou milho. Nada sobrava do saque... a não ser a fome...

Ai ué Angola! ... Nem com Muxima! 

# “quantos somos”?

Silva Carvalho

O artigo que se segue é do Sérgio Fernandes, que dispensa apresentações. Folgamos em saber que tudo corre pelo melhor no Brasil a esta família de gabelenses. Que melhor alegria podemos ter sabendo que até no Brasil os gabelenses colhem os frutos do seu trabalho e dedicação.

Satisfazendo o pedido de um pai vaidoso, publicamos com o artigo uma foto do filho mais velho, João Daniel que, como nos informa, “trilha o caminho do sucesso no Brasil, exercendo advocacia e como chefe de gabinete da Ordem dos Advogados em Maceió”.

Para recordar o artigo do Sérgio e uma família gabelense de sucesso.

Sérgio Cardoso Fernandes

Aqui está uma boa pergunta à qual todos os Gabelenses deverão procurar responder, não só com informações concretas mas também com os velhos “ouvi dizer”, “parece”, “está / esteve”. Colaborem pois com o nosso “O Gabeleense”.

Antes de mais nada quero apresentar-me: Sou Sérgio Cardoso Fernandes, filho de Luís Fernandes (Já falecido aqui no Brasil) e de Maria

Helena Cardoso Fernandes e irmão de

Maria Gabriela Cardoso Fernandes (a professora Gaby). Como todos, ou pelo menos a maior parte dos Gabelenses daquela época, tive uma infância feliz e povoada de sonhos. Frequentei a Escola Primária n.º 66 de Augusto Gil, os Colégios Rainha Santa Izabel, Santa Rita e Infante Sagres. Em São da Bandeira, os Irmãos Maristas e o Liceu Diogo Cão. Em Nova Lisboa, o Colégio Alexandre Herculano. Finalmente a Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro – São da Bandeira, onde me formei. Fiz o exército como todo o jovem que à época se sentia orgulhoso de defender a Pátria?!!! Depois disso trabalhei na Baixa de Cassanje em Malange e na Sociedade Marques Seixas em Novo Redondo, na Gabela e na Quibala.

Em 1975, após a abrupta saída de Angola, passei alguns dias em Lisboa e vim com a família para o Brasil, país que nos recebeu de braços abertos.

Fixamos residência na cidade de Maceió, capital de Alagoas, na região Nordeste. Trabalhei em fábricas de açúcar (usinas), exercendo cargos de gerência, de 1975 à 1988, altura em que resolvi dedicar-me à área de turismo (fui dono de uma pousada) e à gestão de um restaurante (Churrascaria). Ao fim de 12 anos voltei à minha profissão e, por coincidência (ou não), na primeira empresa onde havia trabalhado ao chegar aqui – o Grupo João Lyra – retomando a função anteriormente exercida.

Por sua vez, a Gaby é professora na Universidade Federal de Alagoas. Está



*Formatura em Direito em Julho de 2000 de João Daniel Marques dos Santos*

neste momento a escrever a tese de doutoramento sobre Pepetela e o escritor brasileiro João Ubaldo Ribeiro.

Esse êxito, não só profissional como pessoal, devo-o, devemos-lo, falando também pela minha irmã, à firmeza de carácter e aos princípios de honestidade que nortearam os cantinhos do meu saudoso pai, sempre acompanhado pela forte abnegação da minha mãe.

A esses dois – Luís e Maria Helena – acrescento um outro nome que aqui reverencio pelo muito que contribuiu para a nossa formação e de tantos outros Gabelenses: a minha eterna professora Rosa Maria Alina Pinto que tive o grato prazer de abraçar quando aí estive no ano passado.

Do meu primeiro casamento tenho um filho, o João Daniel, hoje com 29 anos, que é advogado e trabalha na Ordem

dos Advogados do Brasil. Do segundo, tenho mais três rapazes: o Saulo, bancário e cursando o 6º período de Administração de Empresas, o Sérgio, preparando-se para ingressar na universidade e o Rafael terminando o Colegial. Estes dois mais a minha mulher dirigem o restaurante.

Em 1995 quando aí estive participei do almoço dos gabelenses e o ano passado também. Foi realmente emocionante rever familiares, amigos, ex-colegas, senhoras e senhores a quem sempre respeitei e que sempre me dedicaram muito carinho. Com medo de algum esquecimento, o que seria injusto de minha parte, não mencionarei ninguém.

Saibam, porém, que os abracei a todos com a mesma alegria e emoção. Saudades dos que já se foram, todos temos. Mas esses estão em paz, com Deus!

A título de contribuição envio unia pequena relação de gabelenses de cujo paradeiro tive conhecimento.

Sugiro ainda, se por acaso ainda não foi feito, que se compilem factos, histórias, piadas, fotografias para um livro no qual os nossos filhos (meus, tanto o Angolano – João Daniel – como os Brasileiros – Saulo, Sérgio e Rafael). Possam aprender alguma coisa sobre o nosso passado gabelense e possam, ao mesmo tempo, divertir-se com os nossos “velhos tempos”.

A todos o meu grande abraço, com desejos de um breve encontro. 

# preâmbulo

Mário Frota \*

O volume V de “Angola – datas e factos”, que ora vem a lume, corresponde a um marco decisivo na emancipação económica e social do território, mau grado o desencadeamento de acções de guerrilha que culminaram na outorga da independência do País pela potência administrante.

À violência original a que sobretudo a UPA, de Holden Roberto, conferira expressão, sucedeu-se a definição de bolsas de guerrilha confinadas a norte.

O movimento de tropas oriundas do Continente (para nos atermos à terminologia corrente à época) permitiu se alargasse a malha económica e se houvesse projectado o desenvolvimento de potencialidades que o imenso território ciosamente guardava.

As políticas que se encetaram e visavam superar os assinaláveis retardamentos que pesavam sobre um processo letárgico, segregador e castrante das preocupações de povos que almejavam ao seu auto-governo e à específica consideração de interesses próprios que a miopia de dirigentes distantes, situados a considerável distância, e com quadros distorcidos de uma realidade que não era seguramente a sua, na pequenez do projecto e na mesquinhez das ambições, ditaram decerto que os denominados “Ventos da história” soprassem em determinada direcção e a uma velocidade inconstante, que a precipitação dos acontecimentos vindouros fez descambar em “exemplares descolonizações” que se

abateram predominantemente sobre a mole imensa de inocentes, vítimas dos desvarios tanto dos detentores quão dos próceres do poder.

Houvesse inteligência esclarecida, ruptura controlada, sentimento de são patriotismo, despojado dos insensatos materialismos de insensata gente, e o desfecho seria outro, mau grado as responsabilidades que a nenhum título se descartam do denominado Estado Novo, que não soube pretender prover e se manteve insensível aos clamores.

Nem a visão estratégica de um Silvino Silvério Marques, mal percebida no terreno, nem as ideias arejadas de um Adriano Moreira, tão-pouco a lucidez crítica de um Venâncio Deslandes, nada puderam contra as anquilosadas perspectivas monacais de S. Bento ou do incensado Terreiro do Paço.

Mas Abril, que foi um marco de fundadas esperanças, com o esboroamento das retaguardas, não permitiu se cumprisse um dos DD do Programa que o movimento triunfante delineara.

Actos de ignóbil traição (como se a traição pudesse conhecer graus qualificantes) fizeram com que se frustrasse a DESCOLONIZAÇÃO.

O descaramento mais abjecto bailou nos lábios e nas bocas de políticos que com enorme despudor pretenderam subverter os vocábulos e os conceitos: ao abandono ousaram chamar exemplar descolonização. À barbárie chamaram meras desavenças em família.

A seiva que se sucedeu aos jardins

ainda que carentes de peculiares cuidados se apelidou “evolução natural”.

À fome que se instalou e afectou milhões de seres, com o cinismo dos que não conhecem códigos de honra, se designou como “vicissitudes naturais do parturejar de uma nação”.

Como se a regra fosse a dos nados-mortos, sem sucesso, e não a excepção, mesmo em países com índices de neonatologia elevados.

À deserção se chamou realismo. À cobardia cognominou-se “actuação ponderada por objectivos”.

Os não-heróis transformaram-se em ídolos dos que da negação de valores, da ausência de princípios éticos, da proscricção de regras óticas fazem as suas “cartas de marear”.

E o “retomo das caravelas”, nas condições de indigência maior que se registaram, consistiu, afinal, no mais penoso dos retrocessos da história, na defecção sem honra nem glória após uma interpenetração que nem sequer deslustra, contas feitas, o espírito de convivência que deve prevalecer entre os povos, na intermutabilidade que caracteriza o peregrinar pelas veredas do mundo e pelas páginas da história da humanidade.

Os ominosos anos de guerra intestina que se seguiram, as provações dos que suportaram os anos de vácuo, as privações de toda a ordem que se lhes infligiram, os incontornáveis números de mortos que a situação de crise prolongada gerou, os estropiados que se contam pelas dezenas ou mesmo centenas de milhar, os meninos-soldados que “brincaram” ao longo dos anos com Kalaschnikovs como quem

brincava com os carrinhos de lata dos nossos tempos, os idealistas que se louvavam nos anos de ouro do colonialismo, desgastados pelas suas próprias crenças, todo esse quadro bizarro Angola no-lo revelou no último quarto de século.

E os seus algozes passaram incólumes o crime de lesa-civilização perpetrado, acostados ao conforto mais do que proporcional que os tempos novos lhes conferiram no Inverno da sua existência, sem sequer expiarem os pecados – e tantos foram! – que cometeram contra os néscios, os crédulos que sempre gritaram as “independências” como um fim em si mesmas, contra a História, afinal, e o devir.

E as hordas de deserdados da fortuna, angolanos de raiz ou fruto de aculturação ou de adopção plena que as sucessivas gerações urdiram, que na diáspora se amalgamam, aí perdem os anos dourados e delapidam inteligência e energia que negam à terra ansiada.

A África, terra de promessa para quem nela haja irrompido ou despertado para, é, como a pintou o poeta na sua paleta de cores baças,

“Meu pôr-de-sol particular só meu de por detrás do monte do Sombreiro não sabes onde fica Poeta mas ele é só meu

seus raios de amarelo de ouro agonizam depois em tons sanguíneos e de repente é noite na minha praia

mágico é o instante o mar sereno as ondas submissas o seu beijo ligeiro e breve na suave areia da beira-mar conchas vazias os caranguejos

correndo céleres desaparecendo e o cheiro bom no mar salgado das pescarias da minha infância

meus pôr-de-sol particulares só meus estão hoje por dentro da memória são eles que pintam de tons suaves os meus dias frios e sem história”

Que o Bom Deus, que até aos materialistas ateus acode em situações de aflição, se condoa de todos e angolanos e luso-angolanos ergam aos Céus as mãos em preces, pedindo que o Senhor acolha as nossas súplicas e restitua à terra-mãe o privilégio de Terra Bem Amada, Pátria de sofridos que se redimem em Hino de Louvor ao amanhã, a um amanhã ridente que se espraie em luz e prosperidade da Mata Sanga aos contrafortes da Cheia, das cristalinas e salsas águas da Baía Azul aos recortes do Cunene ou ao deserto onde as resistências revivescem nas indestrutíveis folhas da Welwitchia.

Que os bicos-de-lacre e os matrindindes da nossa meninice povoem os espaços dos nossos netos e os laços indestrutíveis se reforcem em Homenagem a uni futuro de Paz duradoura que os homens e mulheres de Cabinda (por que não, se dotada for de autonomia que a História suporta) ao Cunene, merecem amplamente.

Que nós, os séculos, morreremos com o desgosto “sempiterno” de uma terra destruída e não regenerada que foi e é madrastra para os melhores dos seus filhos. 

\* Mário Ângelo Frota, doutorado e docente da Universidade de Direito de Coimbra e presidente da APDC – Associação Portuguesa de Direito de Consumo (sede em Coimbra).

# revendo o que lá vai

Maria Teresa Couto

Aos compatriotas e que através do nosso boletim, mantém acesa aquela chama que só a sabe descrever, quem pretende manter o elo de ligação, porque vivem arreigados aos seus antepassados daí que pretendo testemunhar que apesar da ausência nos últimos encontros anuais em Moçofores por motivos impostos, não se traduz numa abnegação por tudo que envolve as minhas raízes já que para elas reservo um espaço muito peculiar com um único objectivo; preservá-las independentemente da distância em que me encontre.

Ao sentir um desejo acrescido de comunicar talvez seja uma presumível forma de despertar da memória algumas imagens, sentimentos e sensações que ficaram alojadas e jamais voltarão a repetir-se, são inúmeras, porque ao longo de 29 anos, idade em que tive de abandonar o chão que me viu nascer, deu lugar a uma soma significativa de experiências, algumas menos boas, contudo, serviram de alicerce para me manter equilibrada neste mundo controverso relacionado com os temas da sociedade em que também estou inserida, mas, permite-me discernir o lado negativo do positivo dando-me a possibilidade de incrementar a esperança que no virar da página possa assistir a uma mutação mais aprazível.

Pegando no tema desta confissão e porque não se apagam as experiências



vividas, recordo os momentos de infância passados no COLÉGIO RAÍNHA SANTA, na (Sétima), sendo este o ponto determinante que abriu fronteiras para o início da minha formação académica, igualmente, para os colegas que puderam desfrutar de um ensino de qualidade e precisão.

Também se deve a localização do estabelecimento onde os ruídos estridentes eram inexistentes, bem como a disciplina e exigência por parte dos educadores contribuíram para a chave do sucesso, porque eles sentiam o peso da responsabilidade exigida por alguns pais que incutiam, o quanto era prioritário – tirar-se notas excelentes e transitar no final de cada ano lectivo.

Dando o salto para a adolescência, quanta satisfação!.... sempre que pudesse participar nas farras no A.R.A., cujas danças da época eram a razão

dos convívios com os jovens mais frequentadores que no fundo se traduzia numa família; não quero excluir o meu irmão Quim, os irmãos Ribeiro, Tó Trindade, Tó Carioca, os irmãos Videira, Manuel e António Salazar da (Casa Lisboa), Tó (Casa Vareta) e muitos mais, mas não devo ignorar os galãs que se deslocavam da C.A.D.A., em busca de momentos de lazer extremamente salutares.

Aos irmãos Castro, ex-vizinhos, dirijo uma palavra de carinho pelos seus empreendimentos, mas permitam-me um aparte: Tonito e Luisinho como eram

conhecidos, porque foram muitos anos de vivência ligados por fortes laços de amizade já proveniente das gerações dos nossos pais (Couto e Castro) e posteriormente como inquilinos, daí, que a divisão dos mesmos espaços eram inevitáveis para as traquinices próprias das idades.

Por último, dirijo com todo o respeito aos mais literatas; Silva Carvalho, esposa e Luís de Sousa que me têm possibilitado uma leitura mais enriquecedora com as suas belíssimas exposições que significam o potencial de literatura adquirida e quanta saudade ainda pairam nesses corações. Bem hajam, pelo vosso contributo.

A todos um sincero abraço da amiga. 

# encontro de mogofores 2002

António P. Fernandes

Tinha lido por diversas vezes, no boletim o Gabelense, sobre o encontro anual que se realiza em Mogofores, aonde se dizia que vinha gente que viveu ou nasceu na Gabela, de toda a parte do País.

Eu este ano quis estar presente por duas razões. Primeiro para ver amigos, ex-colegas, que há muitos anos que não nos víamos. Segundo quis ver com os meus olhos se realmente era verdade, o que lia, que ali compareciam pessoas que residem nos diversos pontos do País e não só.

Vi ali pessoas que vieram de Londres para estarem presentes no encontro, que realizam todos os anos para recordar a terra onde nasceram ou viveram. Também eu que vivo na outra parte do mundo, quis estar presente e responder ao apelo que vinha no Gabelense do último ano.

Por tudo o que vivi, pelo pequeno dia

que passei valeu a pena. Convivi com tantos antigos, que até pareceu que o dia se passou sem dar por ele. Cheguei sem comer, só com um café. Logo que comecei a falar com as pessoas, ninguém me conheceu, mas eu conhecia a maioria. Mesmo sem comer, não tive mais vontade de comer, como seria suposto ter pela manhã, porque a vontade era mais de falar com toda a gente. Mas isso não aconteceu e não

aconteceu porquê?

Porque cada pessoa que cumprimentava, tinha sempre uma história para recordar os velhos tempos e isso levava-nos algum tempo a conversar e a recordar esses bons momentos...

Também lá encontrei o meu primeiro patrão na Gabela, o senhor Martins do Duarte & Martins, com quem gostei de



falar, assim como o seu cunhado e sua irmã, que viviam no Assango e por quem eu tinha muito respeito e amizade.

Não vou aqui falar no nome de todos aqueles que eu tive o prazer de lhes dar um abraço, porque foram muitos, mas aqui deixo uma palavra de amizade e ao mesmo tempo de bons companheiros. Alguns fomos colegas, outros simples amigos, que quero continuar a ser e a recordar...

O que mais admirei foi ver como a Direcção tem um programa bem organizado, nada falha. Todos se dirigem à mesa para pagar as suas quotas, o que demonstra como toda a gente gosta de colaborar, com o senhor Silva Carvalho sempre pronto a prestar qualquer esclarecimento, assim como a

visitar as mesas e a cumprimentar as pessoas, o que é de louvar.

Aqui de longe vos peço que continuem porque vale a pena, uma vez que a maioria das pessoas só se vêm no encontro ou seja uma vez por ano. Se não fosse o encontro havia pessoas que jamais se voltariam a ver. Vale a pena porque recordamos os nossos tempos de juventude e até os bons e maus momentos que passamos nessa terra africana que tanto amamos, a nossa Gabela.

À Direcção aqui de tão longe lhe digo muito obrigado, por terem posto mãos à obra e organizarem esse convívio.

No boletim o Gabelense do último ano li um apelo do Presidente a pedir para comparecerem e levarem mais um

gabelense. Assim aconteceu. Fui visitar amigos que nunca estiveram presentes e logo lhes disse que tinham de comparecer. Que teríamos uma mesa para todos e em vez de termos um só leitão iríamos mandar assar dois.

Assim aconteceu. A nossa mesa ficou cheia de pessoas, que pela primeira vez foram ao encontro. No final diziam que não mais faltariam, porque tinha valido a pena estar presente para conviver... Aqui de longe vos peço que não faltem. É uma vez por ano e eu sempre que tenha oportunidade estarei presente.

Para todos e foram muitos os amigos que abracei, daqui vos envio um abraço de muita amizade e não se esqueça, do último domingo de Junho de cada ano – o DIA DOS GABELENSES.





# CAVES ALIANÇA, S. A.

## 75 Grandes Anos com os olhos no futuro

### As origens

Foi já no longínquo ano de 1927 que as actuais Caves Aliança, S.A. iniciaram em Sangalhos a sua actividade, então sob a denominação social Vinícola de Sangalhos, Lda..

Os seus dois principais impulsionadores, Domingos Silva e Angelo Neves, eram já então pessoas experimentadas nos negócios e nas artes vinicas. O primeiro porque já desenvolvia uma actividade comercial variada e o segundo, enólogo nato e já com provas dadas, era o responsável pela Sociedade Vinícola Aguedense, Lda., com sede no lugar do Vale Grande, do concelho de Agueda que, entretanto, fora tomada de trespasse.

Àqueles dois líderes se aliaram mais nove sócios, formando assim uma grande aliança que viria a justificar o nome de "Caves Aliança" que anos mais tarde foi incorporado na denominação social e que perdurou até aos dias de hoje.

A experiência e o dinamismo dos seus fundadores fizeram com que a incipiente Vinícola de Sangalhos desde muito cedo se assumisse com pretensões a uma grande empresa quando, logo nos anos trinta iniciou a sua actividade exportadora para o Brasil e para França e quando à sua volta começou a desenvolver um conjunto de actividades afins, como a destilação de aguardentes e a de serração de madeiras para a sua caixotaria e para a sua tanoaria.

### As Caves

Integradas na Rota dos Vinhos da Bairrada, as Caves Aliança ocupam actualmente em Sangalhos, uma área superior a 30.000 m<sup>2</sup> onde têm efectuado vultuosos investimentos em instalações que ocupam uma área coberta de cerca de 20.000 m<sup>2</sup>, distribuída por vários pisos incluindo as suas labirínticas galerias subterrâneas. Aqui se fazem e armazenam ao longo dos tempos alguns milhões de garrafas de vinhos V.Q.P.R.D. e de espumantes naturais preparados pelo método clássico, outrora designado por "método champanhês", caracterizado por fazer a segunda fermentação (champanhização) dentro da própria garrafa.

Mas para além dos conhecidos vinhos e dos apetecidos espumantes naturais, onde as Caves Aliança têm alcançado um vasto e invejável palmarés no País e no Estrangeiro, a empresa continua a elaborar também afamadas aguardentes vinicas velhas, sector em que é líder de mercado nacional e para o que dispõe de um valiosíssimo stock em envelhecimento.

Percorrer este mundo subterrâneo, sentir os cheiros dos taninos das suas amplas naveas repletas de milhares de pipas de carvalho com aguardentes e vinhos em estágio, encher a vista com tantas e tantas pilhas com milhares e milhares de garrafas ordeiramente dispostas e identificadas pelos lotes, por categorias de produtos, por colheitas, por regiões de proveniência, é descobrir um mundo inimaginável de sensações por quem, passando na estrada, apenas avista uma construção simples e com reduzida visibilidade.

Mas é também a maneira de nos apercebermos o quão complexo e exigente é todo o processo produtivo, para que os produtos cheguem aos mercados com as características que os consumidores pretendem e capazes de competir com tantos outros dos mais diversos produtores e países.

É que as Caves Aliança, para além de serem uma empresa de referência no mercado nacional, não têm descurado a sua vertente exportadora, enviando para os mais diversos mercados espalhados por todo o mundo quase 50% da sua produção, na maioria vinhos de mesa.

### Preparando o futuro

Para melhor poderem enfrentar esse desafio, as Caves Aliança não só têm investido continuamente na actualização das suas instalações, nomeadamente com a construção recente de um novo centro de vinificação para vinhos de topo de gama com técnicas de vanguarda, assim como tem investido nos seus sistemas de controlo e melhoria dos processos de fabrico, o que lhe possibilitou a sua certificação há já alguns anos segundo as Normas ISO 9002.

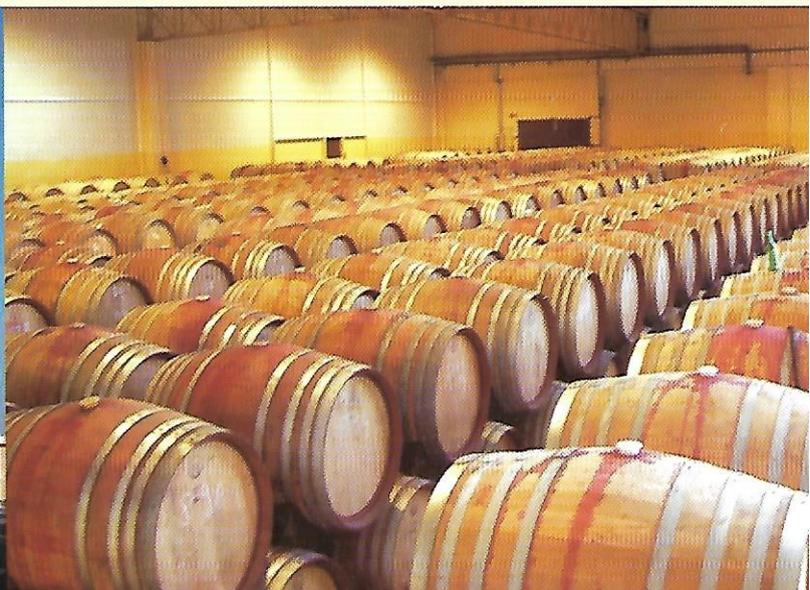
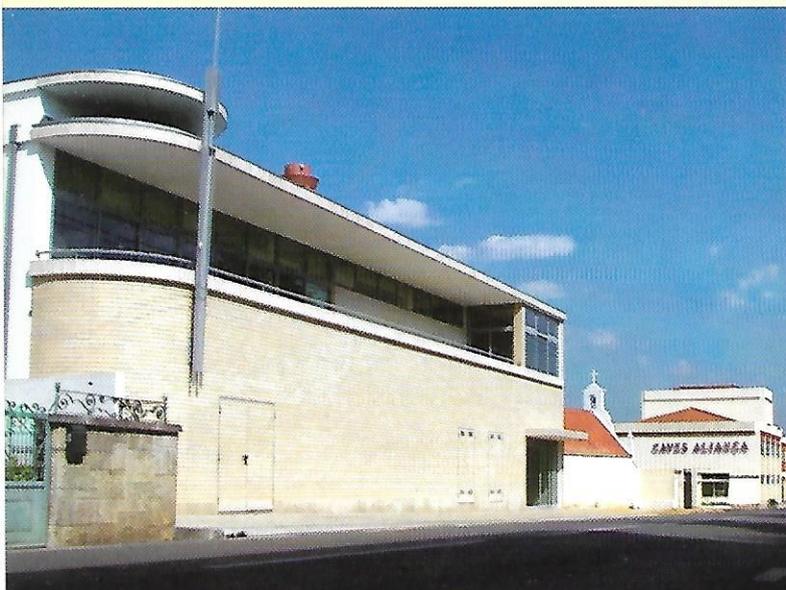
Presentemente preparam-se já para a certificação de acordo com as Normas ISO 9001/2000.

Mas porque a condição fundamental para a obtenção de óptimos vinhos é dispor de óptimas uvas, nos últimos anos tomou uma opção clara e forte por investir em vinhas. Do Alentejo ao Douro, passando pela Bairrada, pelo Dão e pela Beira Interior, as Caves Aliança têm vindo a proceder a um trabalho selectivo e intenso de exploração, plantio e reconversão de vinhas que já ocupam uma área superior a 350 ha onde, apoiada numa equipa de jovens técnicos com formação actualizada, procuram produzir as uvas mais adequadas à obtenção de vinhos de topo de gama e outros, com objectivo de, sustentadamente, elevar cada vez mais a qualidade das suas marcas e contribuir eficazmente para a melhoria da imagem dos vinhos portugueses no estrangeiro.

Recorrendo também à larga experiência internacional de dois consultores enólogos de Bordéus, Michel Rolland e Pascal Chantonnet, os primeiros frutos dessa aposta nas vinhas e em novas práticas enológicas começam a aparecer. Neste ano jubilar, já foram lançados no mercado três novos vinhos de topo de gama: "T da Quinta da Terrugem", (Alentejo), "Quinta dos 4 Ventos" (Douro) e "Quinta das Baceladas" (Bairrada), todos da colheita de 1999, que têm vindo a merecer da parte dos críticos especializados os mais elogiosos comentários.

Para o próximo ano, novos lançamentos se perspectivam com base na colheita de 2000, enquanto que a colheita de 2001, donde se espera venham a surgir excelentes vinhos, só será lançada no ano seguinte.

Em consequência dessa aposta, as Caves Aliança pretendem afirmar-se como um produtor nacional de vinhos de qualidade, cujo universo pode ser observado quer na visita às suas instalações em Sangalhos, quer em visitas às suas quintas e através da internet.



# AS PRINCIPAIS MARCAS

Aliança Particular Bruto, Espumante  
Aliança Tinto Bruto, Espumante  
Aliança Danúbio Bruto, Espumante  
Antiquíssima, Aguardente  
Antiqua, Aguardente

Aliança Velha, Aguardente  
Quinta dos 4 Ventos, VQPRD Douro  
Foral Grande Escolha, VQPRD Douro  
Aliança Particular, VQPRD Dão  
Quinta das Baceladas, VQPRD Bairrada

Aliança Garrafeira, VQPRD Bairrada  
Angelus, VQPRD Bairrada  
Galeria, Regional Beiras  
T da Quinta da Terrugem, VQPRD Alentejo  
Quinta da Terrugem, VQPRD Alentejo

Alabastro, Regional Alentejo  
Aliança Particular, VQPRD Palmela  
Quinta da Cortezia, VQPRD Estremadura  
Casal Mendes Rosé, Vinho de Mesa

## AS QUINTAS:

### BAIRRADA:

Quintas Forum Prior do Crato  
Sangalhos (Anadia)

Quinta das Maribanas  
Ois do Bairro (Anadia)

Quinta das Baceladas  
Outil (Cantanhede)

### DÃO:

Quintas da Garrida e do Vale do Pereiro  
Vila Nova de Tazem (Gouveia)

Quinta das Casticeiras  
Moimenta da Serra (Gouveia)

### DOURO:

Quinta dos 4 Ventos  
Porto de Bois  
EN 222-4  
Cedovim (V.N. Foz Coa)

### BEIRA INTERIOR:

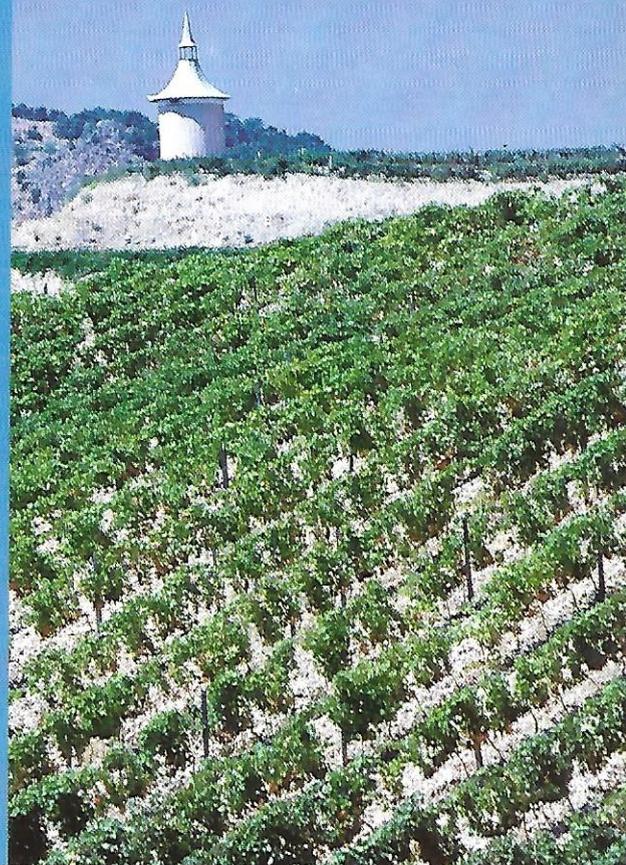
Quinta D'Aguiar  
Santa Maria de Aguiar  
Figueira de Castelo Rodrigo

### ALENTEJO:

Quinta da Terrugem  
Terrugem (Elvas)

Quinta do Barranco  
Malhada Alta (Alandroal)

## QUINTA DOS QUATRO VENTOS DOURO SUPERIOR



# quando as paixões falam

*Luís de Sousa*

Um fim de tarde igual a tantos outros. Era quinta-feira. Cacimbava. Cacimbo miudinho. Chatérrimo.

O comboio apitou três vezes antes de irromper por aquela passagem de nível sem guarda próxima da “Casa Carioca”.

À porta do bar, alguns “habitués” cavaqueavam. Lá dentro, outros sentados às mesas ou de pé juntos ao balcão conversavam animadamente: vozearia ruidosa, como que em truculência, barulhenta, em atropelo no ver quem falava mais alto. Aqui bebericava-se cerveja. Ali bebericava-se não só cerveja: várias bebidas, bebidas diferentes. Whisky. Também café. Debicava-se ginguba. Tremeços. Fumava-se. Outros, ainda, pachorrentos, para ali estavam, à parte, no saboreio dos mais variados e apetitosos petiscos.

A um dos cantos, numa das mesas com quatro cadeiras, sentado, sozinho, o Toninho parecia alheado de toda aquela algaraviada e movimentação de bar.

Entrou o Acácio. Num relance correu os olhos pelo salão. Viu o Toninho e a ele se dirigiu. Arrastou uma das cadeiras para se sentar. Deixou-se cair nela com todo o peso como que cansado e em desalento. Semblante carregado, fechado. Olhos baixos, pensativos. Assim e em silêncio permaneceu por breve instante. Coçou ligeiramente o sobrolho. Na fracção do tempo que antecedeu ao uso da palavra, passou, como que em acto mecânico, a mão nervosa pelos cabelos.

– Porra para tudo isto!... Só tristezas!...

Mas que grande tragédia!...

– Tragédia... E que tragédia!!!

– Os miolos até se pespegaram ao tecto.

– Pudera!... Os dois canos disparados ao mesmo tempo!

– A Cassilda ainda chegou com vida ao hospital!

O carrilhão da torre da Igreja havia tocado a “Avé Maria” nos moldes habituais depois das badaladas das quatro da tarde precedidas do toque dos quatro quartos de hora.

Naquele preciso momento, ao chegar à casa, quando o carrilhão ainda soava, o Necas encontrou um único lugar entre os muitos carros estacionados onde pôde meter o seu. Mesmo ali – por sorte ou azar – a calhar, junto ao portão de entrada.

O carro da Polícia com os dois guardas que nele seguiam não teve a mesma sorte. Por falta de lugar estacionou um bom bocado mais adiante.

O Necas, tão apressado quanto pôde, subiu em dois pulos as escadas. Trazia na mão esquerda uma “Victor Sarasqueta”. Rodou a chave na fechadura da porta. Ao entrar em casa, percorreu um a um os três quartos de dormir como que à procura de algo. Inflectiu para a porta da sala de estar.

Sentada num dos sofás, pernas delicadamente cruzadas, braço direito dobrado sobre o peito, a mão a apoiar-lhe o queixo, pensativa, quedava-se ali a bela Cassilda. Saia preta apertada, cingida às formas redondas do corpo

escultural. Blusa de seda solta, branca, generosamente decotada. Pescoço nu. Cabelos caídos em cascata: castanhos claros, sedosos, atirados de lado sobre o colo e a roçarem-lhe ligeiramente, como que em suaves, deleitosas carícias no sobe e desce de cada inspiração e expiração, os roliços, elevados, proeminentes seios com os bicos túmidos a oferecerem-se ao estímulo de apetites libidinosos em seu jeito de irresistível tentação sob a delicada blusa em panejamento e descanso naquele etéreo, soberbo, excelso busto de mulher. Olhos doces, temos, meigos, amorosos: ora erguidos a brilharem como que em fugaz desafio, ora retraídos como que envergonhados e postos no chão em entrega, total rendição.

Ao ver o marido entrar de rompante com a caçadeira nas mãos, assustou-se. Num salto pôs-se de pé. Monumental!!!

Soou o primeiro tiro. Outro.

Cassilda vacilou. Apoiou-se no respaldo do cadeirão como que para não cair. Rodopiou. Tombou contra a parede. Rolou para o chão e para ali assim se ficou.

O Necas, lívido, semblante retorcido, lábios apertados, abriu a tremar a espingarda. Um ténue fio de fumo indiferente a tudo e a todos subiu ao alto, aos céus, em requebros. Cheiro a pólvora.

Retirou da caçadeira um a um os dois cartuchos vazios. Com raiva atirou-os ao chão.

Recarregou a arma de caça com outros

# mais alto

dois cartuxos. Encostou os canos ainda quentes debaixo do seu próprio queixo. Premiu os dois gatilhos ao mesmo tempo. Um estrondo medonho.

Estava consumada a tragédia.

O adultério, a infidelidade conjugal, é algo que em regra não se compagina com a racionalidade.

E quando as paixões falam mais alto e a razão soçobra, a animalidade emerge. Hei-lo então na plenitude da sua crueza: o Homem.

O Homem e as suas histórias. Histórias que pressupõem um lugar no espaço e um momento no tempo sem a consideração dos quais perdem todo e qualquer sentido. Histórias condicionadas por múltiplas circunstâncias propulsoras de razões e motivações que as determinam e cuja ignorância falseia iniludivelmente qualquer juízo formulado acerca das mesmas.

Serviu-lhe de berço, ao Necas, a casa, lá em cima, construída sobre aquela pedra de granito que, de um dos lados, descia encosta abaixo toda ela plantada de cafeeiros até ao sopé disposto em ravina alindada pela plantação de roseiras, cravos, dalias, hortas e pomares tratados com fino e apurado esmero. Terminada a largura da ravina, a plantação de cafeeiros continuava, mesclada de pessegueiros, mamoeiros, abacateiros, monte acima até às extremas da pequena roça do negro e prestigiado velho André das palmeiras.

Corria o ano de 1936. Três escassos anos antes da eclosão da Segunda

Guerra Mundial. Nasceu o Necas.

Cresceu com a aparência da natural normalidade de qualquer normal criança marcada pelos idos de um tempo traduzido nas notas próprias da realidade das coisas de África de então.

Frequentou, não com muita regularidade, a vetusta Escola Primária n.º 66 de Augusto Gil onde aquele inesquecível, saudoso negro, o Manuel contínuo, deixou a marca indelével do seu timbre caracterizado por particulares desvelos e carinhos dedicados às inúmeras crianças que por lá e por ele em revoadas sucessivas foram passando.

De andanças em andanças os anos sucederam-se. A vida foi acontecendo.

O Necas vivia com o pai, duas irmãs mais velhas e uma outra mais nova.

O ambiente familiar não primava por grandes princípios e a vida não era pautada por verdadeiros valores morais. Falava-se de incesto. A irmã mais velha um dia saiu de casa. Não mais voltou.

Desde rapazote acompanhara o pai no transporte de mercadorias em camioneta por tudo quanto era sítio e em caçadas também.

Aprendeu na vivência das viagens com o progenitor a conduzir camiões e a ser caçador.

Era vê-lo, quase mal chegando com os pés aos pedais, por aquelas estradas de terra batida, trilhadas, enlameadas, agarrado ao volante qual Xico “chauffeur”, quantas e quantas vezes sozinho. Era vê-lo invejado nos

seus feitos pela garotada.

Habitou-se, o Necas, a deambular desde tenra idade, qual pequeno cigano livre como o vento, por ruelas do povoado, por lugarejos os mais recônditos da floresta circundante, quer fizesse sol, chovesse ou cacimbasse.

Por artes e mágicas do simples acaso, fez-se um garboso jovem.

Do alto da pedra do hospital, ao entardecer, habituara-se a alongar o olhar e dar largas à imaginação em devaneio por todo aquele vastíssimo horizonte matizado pelas tonalidades dos últimos raios do Sol ocultando-se, majestoso, na penumbra do anoitecer.

Como eram lindas, tão lindas aquelas tardes da Gabela, quando então e em jeitos que tais o sol-poente visto dali – daquele penedo, daquela singular e enigmática pedra do hospital a que nós então garotos também chamávamos pedra das kuítas – descia sereno, de mansinho e se escondia para além das copas das inúmeras, enormes e frondosas árvores que, com ostentação de grandiosidade ímpar, se estendiam lá mais para baixo, por todo aquele imenso verde, qual encapelado mar sem fim ondulando sobre vales e montes na imensidão da floresta, na imensidão das portentosas matas do Amboim cuja lonjura se desvanecia no suave e nostálgico esbatimento do horizonte.

Como eram lindas, tão lindas aquelas tardes da Gabela, quando as astutas e furtivas kuítas – que raramente se vêem mas que se ouvem a cada passo em

agudos e desconcertantes guinchos num arrastar coaxado que ecoam dissonantes, ora aqui, ora ali, assim como que em jeito de toque de recolher “sui generis” provindo de lugares indistintos e indecifráveis – descansavam, mandrionas, nos derradeiros instantes do dia sob o sopro cáldido do entardecer, deitadas em moldes indolentes de coelho espojado sobre aquelas colossais fragas de granito disseminadas na vastidão do matagal luxuriante e prenhe de sortilégios em cujas fendas e buracos, partilhadas com serpentes, muitas vivem e se escondem de intrusos e de predadores.

Como eram lindas!... As anduas vestidas de plumagem com a policromia de um belo e indescritível furta-cores contrastando com os seus vozeiros enrouquecidos entoando, em coro, cantares atroadores que espantam a floresta e soam como que para afugentar a tenebrosa noite que, em passo rápido, se avizinha do matagal com o qual faz questão de se confundir para, depois, lá mais adiante, fazer ecoar o tam-tam longínquo dos tambores africanos, o uivo lúgubre de lobos esquivos e os sinistros choro e riso de hienas traíçoeiras.

Os pombos-verdes... Os quisolés, os gwendendes, as cambolas com o seu arrulhar de tristeza profunda, os peitos-celeste, os chupa-flores, os caçacás, os cardeais, as viuvinhas, os calunges, os bicos-de-lacre... E a criançada... A criançada de fiskas nas mãos em coisas e correrias de rapazes, por ali fora, monte abaixo, monte acima, na perseguição pertinaz de tanta e tão variada passarada.

Outras, ainda, eram também, a seu talante, tardes lindas!... Diferentemente lindas!... Aquelas tardes!... Exactamente aquelas tardes

de nevoeiro singularmente retratadas pelo pintor Neves e Sousa.

Eram as tardes de céu cinzento, plúmbeo, pardacento, em que o Sol, envergonhado, se escondia, dias a fio, por detrás de densa cortina de ar húmido enfumaçada pelo compactamente de gotículas ascendentes que, de pesadas, caíam em moldes de chuvinha miudinha, dando cor e sabor ímpares ao verdadeiro e típico cacimbo do Amboim.

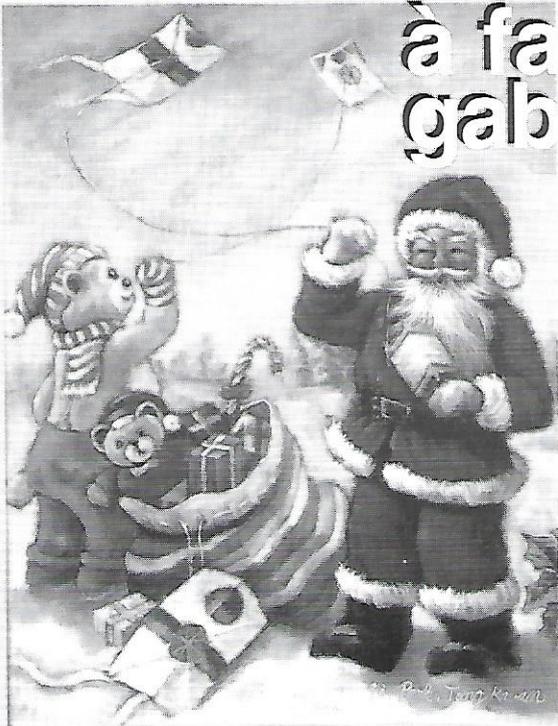
Era, então e com facetas que tais, o Amboim em toda a sua pujança. Pujança de contrastes: virtude e vício, coisas necessárias, coisas contingentes. Pujança de maravilha, de vida, Pujança de confusão: confusão de ideias, confusão de coisas.

Confusão é a noite profunda quando se entrelaça com a floresta no seu emaranhado medonho; quando as Kuftas, antes do recolher, guincham ou

coaxam em indecifrável toada de hibridismo desconcertante sem se conseguir saber muito bem se o som vem daqui ou dali; quando as anduas, com a sua plumagem deslumbrante, com os seus cantares roucos e atroadores procuram, em coro, afugentar a noite das matas como que para não deixar o dia partir; quando os lobos uivam; as hienas choram e riem; o tam-tam dos tambores africanos soam em sortilégio nas lonjuras do escuro sem fim e na grandeza do matagal imenso.

Matagal imenso... Queda da noite mais escura, tenebrosa... Confusão de pensamentos à solta, sem norte... Confusão de sentimentos ao desvario, em turbilhão: ansiedade, angústia, desespero... Tudo desfeito, tudo eclipsado num ápice naquele ensombrado, fatídico dia ... Cacimbo miudinho do Amboim. Consternação sem par. Luto para sempre.

As cambolas arrulham.  
O choro eterniza-se. 🐦



**à família gabelense**

**Votos de um Santo Natal e de um Ano Novo cheio de Prosperidade e Paz**

**A Direcção**

# s. jorge do katofe ou a décima ilha dos açores

Silva Carvalho

O artigo que a seguir inserimos, da autoria de Vicente Teixeira de Matos, hoje residente nos Açores em Hangra do Heroísmo e retirado da revista "Atlântida", publicação do Instituto Açoriano de Cultura, não carece de comentários ou apreciações e/ou elogios – o texto fala por si – de uma obra na época própria, de trabalho e prosperidade, algures em Angola, no Colonato Açoriano do Catofe, repito de açorianos...

O autor, Vicente de Matos, homem que sempre considerei e muito estimo, é um grande amigo.

O artigo será apreciado e julgado pelos leitores pela sua oportunidade e autenticidade.

Vicente Teixeira de Matos

"Dos nossos olhos até à hora da nossa morte nada fará desaparecer aquele brilho húmido e doce que se acende, quando a recordamos."

A Décima Ilha dos Açores (assim crismada pelo jornalista director da ANI, o terceirense Dutra Faria), é a pequena história de gente açoriana, rija e trabalhadora, espalhada "como quem não quer a coisa" pelos vales circundantes do Rio Katofe e seus afluentes, atravessados pela estrada Luanda/Huambo, a 364 kms da primeira e a 2,45 kms da segunda destas

idades. No Sub Planalto de Benguela, a cerca de 1.300 metros de altitude e à distância média do mar de 200 kms; no Concelho de Kibaia, distrito de Kuanza Sul, Província de Angola.

Hesitei anos até reduzi-la a escrito: mas aquelas mulheres e aqueles homens, modestos e sofridos, e aquelas ruínas trágicas e dramáticas merecem que deles fique memória!... E assim, já tão longe daquela ardente mocidade, a minha consciência não ficaria tranquila sem lhes prestar este mais que modesto preito. Aos mortos e aos vivos, açorianos humildes, que lançados no meio do agreste mato angolano, rodeados de mil dificuldades, com parcos meios edificaram aquela singela utopia!...

## Antecedentes

As nove ilhas dos Açores, situadas em pleno Atlântico – o Grande Mar Poente - entre a Europa e a América, são, como sabemos, caracterizadas por um clima instável, varridas por ventos e brumas, ciclones e sismos; clima propício a diluir realidades, parir fantasmas e recriar sonhos de partir e de voltar!...

Nos fins dos anos vinte, do século que acaba de findar, quando começa esta memória, os destinos emigratórios dos ilhéus – Brasil e América do Norte – estavam saturados. Do Canadá ainda não se falava; havia de procurar-se outros destinos. As ilhas continuavam limitadas: "gente quanta queiram" em terra escassa, cortada pelo mar infindo e por velhas barreiras económicas e

sociais. Por informações e histórias de quem lá servira ou trabalhava, começava a falar-se do Ultramar Português que, de terra de degredados e doenças mortais, se poderia transformar em "terra quanta queiram", apta a produzir riqueza desbravando o mato, sem prejudicar o legítimo desenvolvimento dos povos nativos. Por exemplo, Angola teria sete habitantes por km contra mais de cem nas ilhas.

## Início do Emigração

Em 1929, três jovens lavradores da Ilha de S. Jorge (Norte Grande), de nomes João Alves de Oliveira, Emílio Dias e André Alves de Oliveira, irmão do primeiro, resolveram tentar a sua sorte em Angola. Foram recomendados a um jorgense – Tenente Bettencourt, deportado por razões políticas e na altura exercendo comércio na Vila da Kibala. Viriam a desembarcar em Porto Arnboim (Benguela a Velha), o mais próximo do seu destino, para o qual se dirigiram numa camioneta de cargo antiga, como mais uns fardos, através das terras vermelhos do Amboim, ubérrimas produtoras do café do mesmo nome, estrada barrento de orografia muito acidentada, no qual os carros se atascavam, para desespero dos seus ocupantes. Por fim, lá chegaram a casa do seu conterrâneo. Seguidamente fizeram sociedade com o capitão Diogo Sandão, reformado e antigo pacificador daquela região, onde possuía uma fazenda, nos arredores da vila. Aí começaram nova fazenda, em terrenos

contíguos, que Iriam apelidar de Norte Grande. Efectuaram desbravamentos para sementeiras de milho e café e Iniciaram a criação de gados bovino e porcino. Passados cinco anos, adaptados à terra e ao clima, resolveram os três lançar-se, por sua conta e risco, estabelecendo-se a 17 kms da Kibala, junto à estrada de Luanda/Huambo, às margens do Rio Katofe; em vales de boas terras para sementeiras de milho e arroz e boas pastagens para a criação de gado; fundando também um pequeno comércio, que servia de apoio e financiador da agricultura. “Boas terra para tudo, menos para os homens”, opinavam os entendidos! No verdade o clima era duro e a terra infestada de mosquito e malária. No entanto, aqueles homens eram corajosos, não estavam dispostos a desertar! Contudo, em 1941, pelo Natal, pagaram o seu primeiro e doloroso tributo, falecendo o André Oliveira vitimado pela biliosa palúdica que, naquela época, não perdoava...

Porém, dez anos passados – 1945 –, já possuíam lavouras de milho, de arroz, pomares e hortas e uma manada de cento e tal bovinos, dezenas de porcos e um pequeno rebanho de cobras e ovelhas; matéria prima para célebres caldeiradas de cabrito e borrego! Possuíam ainda dois moinhos hidráulicos, os únicos na área do Kibala, mercê de um açude construído no Rio Katofe, que ainda fornecia água para regar o arroz. Do rebanho de bovinos, exploravam as vacas leiteiras, cujo leite era aproveitado no fabrico de manteiga e queijo, vendidos nas vilas dos arredores.

Em 1945 admitiram um novo sócio, mais jovem, de uma família jorgense (Ribeira Seca), radicado nos arredores da cidade do Huambo.

Em 1946, chegou a Angola um

Batalhão Expedicionário açoriano, que, desmobilizado em 1948, deixou vários dos seus elementos em Angola, dos quais quatro vieram juntar-se ao embrião do povoamento açoriano no Katofe. Por essa mesma altura, desembarcaram em Angola duas famílias com filhos que se dirigiram igualmente a Katafe, com a intenção de aí se radicarem. Estas chegadas vieram despoletar a ideia latente do criação de uma entidade patrocinadora do nascente povoamento.

Assim, os organizadores lembraram-se que a palavra cooperativa significava *cooperar = trabalhar juntos* – sem precisar de se estenderem às origens dos “Pioneiros de Rochdale” – 1844 – bastando os exemplos do sua ilha natal – S. Jorge, para se organizarem de forma a apoiar os associados, em funções tão vastas como construir tudo a partir dos alicerces: casas, desbravamentos, compras de gado bovino, valas de enxugo e rega, fábrica de lacticínios, Igreja, Escola, Posto Sanitário, tudo o necessário para fazer funcionar uma urbe, espalhado num raio de quilómetros.

Em 26 de Setembro de 1949, no Cartório Notarial da Comarca de Nova Lisboa (Huambo), foi assinada a escritura de fundação da Cooperativa de Colonização Agro-Pecuária “A Açoreana”, com sede em Katofe, área do Posto Sede de Conselho de Kibala. Os Estatutos da Cooperativa foram publicados no Boletim Oficial da Província da Angola, III Série, n.º 48, de 1 de Dezembro de 1949. Foram dezanove os fundadores.

Os Estatutos possuíam um parágrafo (cap. 1 art. 22 e seu parágrafo sexto) muito sintomático e por isso o transcrevo: “Difusão entre os nativos do região, dos benefícios conseguidos pela Cooperativa, no medida do

possível e seja do interesse deles; como conhecimentos agro-pecuários, assistência sanitária, etc., atendendo ao espírito de colaboração que caracteriza a colonização portuguesa”. Isto se cumpriu até ao fim!

Os povoadores que vinham chegando dos Açores, uns mais outros menos, eram portadores das poupanças e do produto da venda dos seus haveres, decididos a tudo investir na terra feiticeira da Angola... Em primeiro lugar, construíram as pequenas casas, que muitas vezes começavam por uma casa de colmo em estilo nativo, e adquiriam algumas cabeças de gado bovino. Num caso, houve quem começasse com duas vacas leiteiras.

A cantina criada pela Cooperativa “A Açoreana” dispunha-se a apoiá-los, fornecendo os produtos essenciais da alimentação, que não era possível arrancar da terra, vestuário, materiais de construção, etc..

Sendo crescente o número de povoadores em S. Jorge do Katofe, a Cooperativa requereu no Governo de Angola a concessão de um empréstimo de mil contos, com pagamento escalonado por quinze anos, para serem investidos na compra de gado bovino, a distribuir aos sócios fundadores. Em Dezembro de 1951 foi concedido o empréstimo pela Junta de Comércio Externo e iniciada a compra de gado bovino no sul de Angola.

O rebanho, de algumas centenas de cabeças, depressa atingiu mais de um milhar e a consequente subida do produção de lacticínios. Angola assim, de total importadora, viria a transformar-se em exportadora.

A assistência religiosa foi desde o início prestado pela Missão Católica de Kibala,

numa cosa particular. Em 1 de Setembro de 1952, Sua Excelência Reverendíssima o Arcebispo de Luanda, benzeu a primeira pedra da pequena capela, que viria a ser dedicada ao padroeiro S. Jorge pelo mesmo Arcebispo, em 1954. Esta capela viria a ser reconstruída mais duas vezes, transformando-se numa bela igreja, que não envergonhou os seus construtores. Deve assinalar-se que alguns povoadores contribuíram para estas obras com quantias superiores às que despenderam nas suas próprias casas. Não negando a sua generosidade e a sua Fé! Nela seriam baptizados e depois crismados os seus descendentes e continuadores. Nela acabariam por casar alguns dos novas jorgenses.

Em 1952, a pedido da Cooperativa, a Estado legislou a criação de uma Reserva do Estado, de 52.000 hectares, onde se implantariam as fazendas dos povoadores e se reservariam os terrenos para uso comunitário das aldeias nativas, como era norma do seu direito consuetudinário. No futuro viriam a ser, mais ou menos, 20.000 hectares para fazendas e 32.000 hectares para aldeias, os primeiros completamente aproveitadas em 1975.

Em 1950/1951, festejaram-se os primeiros nascimentos e baptizados de jorgenses de S. Jorge do Katofe, raízes lançadas em boa e generosa terra, penhores do futuro desta iniciativa de açorianos, que não parava de crescer.

A fim de exemplificar o crescimento económico da Cooperativa e seus associados, à falta dos números que todos os anos eram publicados nos contos da Cooperativa (o único que conservamos, impresso, é o de 1961), socorro-me de escritos do “Diário insular” de Angra, quase todos do pena do citado

jornalista Dutra Faria, “padrinho” do crismo do Décima Ilha dos Açores. Estas crónicas, assim como conferências nas Casas dos Açores de Lisboa e Rio de Janeiro, eram produto das suas visitas a S. Jorge do Katofe, em 1951 e 1954, e de informações epistolares.

Assim, no ano de 1949 – ano do fundação – assinala-se uma pequena produção de 1.804 kgs de manteiga e queijo, no valor de 82 contos. O número de gado existente era de 400 cabeças. Já em 1955, seis anos depois, a produção era de 6.000 kgs de manteiga e queijo, no valor de 311 contos, a que corresponde quase uma multiplicação por quatro vezes. Assinale-se a existência de mais de 2.000 bovinos. Em 1958, a nove anos da existência da Cooperativa, assinale-se uma produção de 16.000 kgs de lacticínios, no valor de 711 contos, a existência de 2.582 cabeças de gado, e a venda de 360 bovinos de corte, no valor aproximado de 500 contos.

No ano de 1961, há a registar uma produção de lacticínios de 28.000 kgs, num valor de 1.313 contos; aumentos de 26 e 32% em relação a 1960, demonstrativos do progresso anual e da valorização dos produtos. Note-se que o leite foi pago aos associados a 2\$60/litro, quando em 1974, treze anos depois, ainda era pago a 3\$00.

O gado bovino sofreu novo aumento em 1961, arroladas que foram 4.133 cabeças (aumento anual de 33%) pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, sendo 3.978 cruzadas nativo/holandês/schwitz, 145 schwitz puras oriundos do sudoeste africano e 10 touros fornecidos pelos serviços oficiais.

Pesados na balança da Cooperativa foram 404 bovinos, que deixaram 652 contos. “Para mal dos nossos pecados”,

o Colonato Estadual da Cela tinha o centro a escassos 62 kms, e era forte demais a ambição de integrar o nosso povoamento livre – liberdade conquistada a duras penas e trabalhos – para ser absorvido pelo “Golias Estadual”, num singular socialismo de estado. Na Cela, o Estado investira mais de um milhão de contos, a ponto de transportarem para a Vila de Santa Comba uma igreja igual à de Santa Comba Dão. Aos colonos da Cela o Estado tudo fornecera: cosas, terras preparadas, gado, máquinas agrícolas; tudo apoiado por uma burocracia asfixiante. A comparação com o “pequeno David” era chocante, envergonhando Golias e seus mentores!

Os povoadores açorianos e a sua Cooperativa sempre primaram por colocarem acima de tudo o seu trabalho, iniciativa e liberdade pessoais contra a mediocridade e burocracia.

Em 1958 foi inaugurada a Escola Primária e nomeada professora próprio. Nessa inauguração, foi oferecido, pelo Senhor Governador Geral, um instrumental para a filarmónica em formação, com “a prata da casa” abrilhantando as Festas do Divino Espírito Santo!

Estava programado e em breve veríamos a sua construção: o Posto Sanitário e a colocação de um enfermeiro, que iria prestar uma assistência diária a todos os habitantes da região, sem excepções.

A década 1960/1970 foi um tempo de progresso assinalável. Passaram os tempos duros e difíceis, que Dutra Faria assinalou assim: “Em 1951 o velho Faustino possuía 2 vacas, 1 junta de bois, 1 corro de bois igual aos dos Açores; em 1954, possuía 80 cabeças de gado bovino e 1 moto nova, e podia

matar 1 porco todos os meses”.

“Estes descobriram também a sua ilha! Sem uma palavra de retórica. Silenciosamente. Humildemente. Sem um gesto de propagando, estes açorianos fizeram maior, no que lhe cabia, o mundo lusíada. Levando as vacas para o posto, mungindo o leite, batendo a manteiga, fabricando o queijo. Podando as macieiras e os inhames, semeando o milho. E fazendo o sinal da cruz, ao sentarem-se à noite, exaustos, mas satisfeitos consigo próprios, diante de um grande prato de sopa de abóbora e batata doce, polvilhada de canela.”

Em 1960, foi colocado em S. Jorge do Katofe, um ajudante de pecuária, que Faria as vacinações do gado e todos os outros tratamentos que não exigiam a presença do médico veterinário, colocado na sede do Distrito, abrangendo uma área tão grande como Portugal Continental.

Este apoio oficial foi imprescindível, ao mesmo tempo que os povoadores desenvolviam e ensaiavam novos maneios dos rebanhos: tanques banheiros para banhos carracidas semanais ou quinzenais, parqueamentos com arame farpado, de todo o perímetro das fazendas e sua divisão em parques, ensaios de forragens e desbravamentos totais ou parciais.

A Junta Provincial de Povoamento enviou para Katofe uma brigada, chefiado por um agrimensor, a qual tinha por missão medir e legalizar as fazendas, ao mesmo tempo tendo em conta os terrenos das aldeias nativas. Principiou pelas fazendas já estabelecidas no perímetro da já referida Reserva do Estado, abrangendo um raio de 20 kms, englobando os vales do Rio Katofe e seus afluentes Mussoe, Kangombe, Kianza, Mussanza e outros, rodeados

pelas cordilheiras de nomes de sabor africano, lengo, Tanga, Midanda, Kassamba, Mussanguir que, em dias friorentos de cacimba (brumas nocturnas e matinais) ou em noites deslumbrantes de luar, pareciam deixar entrever a silhueta da sua ilha distante...

À medida que terminava o trabalho de campo, por despacho do Secretário Provincial do Fomento Rural, eram publicados no Boletim Oficial de Angola as concessões provisórias, até que os concessionários comprovassem o total aproveitamento, prazo em que serão emitidos os alvarás definitivos, de plena posse. Já emitidos em 1975.

A requerimento da Cooperativa, os Serviços de Obras Públicas construíram o Internato Escolar, gerido por monitores educativos, destinado a receber alunos matriculados na Escola, cujos pais viviam em fazendas distantes da povoação, além de alguns de outras áreas com o mesmo problema.

Pelo Governo do Distrito foi executada a obra de abastecimento de água potável à povoação, com distribuição ao domicílio.

Igualmente o Secretário Provincial das Obras Públicas mandou aproveitar o antigo açude do Rio Katofe e respectiva vala de conduto de água, cedido graciosamente, a fim de mover uma turbina hidroeléctrica para fornecer electricidade à povoação. O Engenheiro Abecassis, antigo Governador do Distrito de Angra, tinha experiência aqui obtida. Os últimos dois melhoramentos raramente existiam em Angola em povoações de igual categoria, permitindo aos habitantes uma muito melhor qualidade de vida. À sombra destes nasceram vários outros: casas de habitação, como segunda casa de

alguns fazendeiros; pensão-restaurante muito afamada, oficina de reparação de carros e tractores; dois cafés, três casas comerciais, além da Cantina de Cooperativa, três casas para funcionários do Estado. Além da Escola, Posto Sanitário e Posto Veterinário, já referidos. O pequeno mas actuante Colonato Açoriano de S. Jorge do Katofe continuava não só em frente em desenvolvimento económico, mas também em progresso sócio-cultural.

E, como pólo cultural, foi reconstituída e acrescentada a chamada Cosa do Espírito Santo, no largo da Igreja, onde desde os anos cinquenta se realizavam as grandes e seculares Festas do Divino Espírito Santo; das promessas, da alegria, da abundância, da solidariedade! Da Terceira Pessoa, que é o “Rei do Alegria”! Nela vi deslizarem as lágrimas de saudade, a um engenheiro natural da Praia, perante a Bênção dos Esmolas, Iguais às da sua infância!...

Na Casa do Espírito Santo, sentavam-se à primeira mesa cerca de mil pessoas! Como diziam os camionistas que percorriam as estradas de Angola, S. Jorge do Katofe era a única terra da Província onde se comia e bebia de graça durante o período dos Festas, em boa e alegre companhia. Chegaram a abater-se urna dúzia de bois.

Destas Festas testemunhou o Bispo Angolano, de etnia bantu, que presidiu às Festas, D. Zacarias Kamuenho, hoje Arcebispo de Lubango, e no jantar festivo afirmou: “Li e estudei os Evangelhos e a história dos ágapes tradicionais dos primeiros cristãos; mas nunca julguei que existisse em pleno séc. XX, tal manifestação de fraternidade cristã.”

voltemos porém um pouco atrás no tempo. No fim da década de sessenta,

esfumado o sonho de levantar uma fábrica de lacticínios em Katofe, com o apoio imprescindível do Estado, deliberou-se que o leite produzido pelos sócios da Cooperativa fosse incorporado na Fábrica do Cela, a 40 kms, pertença do Estado; esta em breve seria transferida para uma sociedade privada recém criada, a Empresa de Lacticínios de Angola - E.L.A., cujas acções pertenciam: 50% aos lavradores/produtores de leite, que livremente as adquiriam; 40% à firma do ramo Martins & Rebelo, muito conhecida nos Açores e no Continente; e 10% à Junta Provincial de Povoamento, como fiei de balança. Do Conselho de Administração da E.L.A. veio a fazer parte, como produtor e accionista, o presidente de "A Açoreana". No início dos anos setenta, a E.L.A. mandou construir, à ilharga do Rio Katofe e fronteira à povoação, um moderno posto de recepção de leite, com todos os requisitos mais modernos de refrigeração e higienização, impor no espaço português, que em breve forneceria leite de primeira qualidade à Central leiteira de Luanda, prestes a ser inaugurada.

A Cooperativa "A Açoreana", com a sua Cantina, continuava a fornecer aos seus associados rações para as vacas leiteiras e tudo o mais que necessitassem a preços módicos, além de todo o apoio logístico necessário.

Muito se havia progredido: dos primeiros pagamentos anuais de 49 contos, atingia-se uma média superior a 1.000 contos mensais, quantia muitas vezes superior. Na terra de Angola o horizonte do progresso não tinha limites: quem produz 10, 50 ou 100 será capaz de atingir os 1.000! O mesmo espírito se conseguiu implantar em S. Jorge do Katofe! O apoio do Estado não servia como muleta, mas como alavanca ao

espírito de iniciativa, trabalho e boa administração dos escassos recursos da Cooperativa e dos seus associados. Obra de compreensão pluri-racial, de progresso técnico e desenvolvimento, se possível mais perfeito à medida que o tempo passava, e, por necessidade, muito mais barato que outras formas de socialismo de estado, nesse tempo existentes em Angola.

Será que o povoamento implantado em S. Jorge do Katofe não possuía defeitos e falhas? Como obra de homens, modestas ainda por cima, teria a sua cota parte de insuficiências; porém passou o tempo de as apontar, ultrapassadas por dolorosos acontecimentos.

O desenvolvimento não era só económico, mas igualmente sócio-cultural. Saídos da Escola de S. Jorge do Katofe, muitos dos seus filhos espalhavam-se já pelos liceus de Angola, e já oito deles frequentavam a novel Universidade de Angola e o Seminário Arqui-episcopal, em variados cursos – Letras, Veterinária, Medicina, Engenharia Civil, Teologia e Filosofia – prontos a contribuir para o progresso da sua pequeno terra e do grande Angola! Mesmo hoje, com o desenvolvimento do educação, será difícil que uma freguesia açoriana de 600 habitantes possua o mesmo ratio de universitários!...

Como episódios significativos dos vivências na Décima Ilha resumo alguns:

I - A tia Maria do Rosário, oitenta e tal anos ainda rebitesos todos os dias, pela tarde, rezava o seu terço. E uma bela tarde tanto andou que se perdeu no mato, só sendo encontrada ao outro dia. Daí em diante a tia Rosário sempre lembrava às visitas a noite em que as onças (leopardos) não conseguiram comer a velhinha, trepada numa árvore

e protegida pelo rosário de Nossa Senhora.

II - Nos anos cinquenta, visitava S. Jorge do Katofe um jornalista suíço. A certa altura, disse para o seu acompanhante: «Uma autêntica paisagem do Minha!» Foi-lhe explicado que as mulheres e homens que remodelaram esta nova paisagem eram descendentes de várias origens, entre elas o Minha!...

III - De visita à Décima Ilha, um agrónomo, jorgense por sinal, depois de ver, observar e fotografar, desabafou: «Fora das nossas ilhas, nunca vi paisagem que tanto me lembrasse os Açores!»

IV - Bastante conhecido em Angola, o Eng.<sup>o</sup> Boaventura Gonçalves, terceirense, exímio construtor de estradas, hoje falecido, necessitou baixar ao Hospital de Luanda para tratar da saúde. Acabou por constatar que muitos dos empregados nativos eram da zona de Kibala/Katofe, os quais lhe falavam dos tchindeles (europeus), que começavam a desbravar e povoar a zona de onde era naturais. Os "sulianos" eram boa gente, pagavam sempre os prejuízos do seu gado nas lavras e até, numa dificuldade, emprestavam dinheiro às suas famílias. O Eng.<sup>o</sup> Boaventura, conterrâneo dos "sulianos", passou a ser mimado, chegando a enciumar os outros doentes!

V - Uma bela noite de luar africano, feiticeiro, a povoação foi acordada por urros tremendos. Não sendo zona de leões, no manhã seguinte verificou-se ter sido atacado um curral perto e morta uma *nema* (novilha). 56 podia ser leão... e alguns caçadores amadores resolveram fazer uma mutala em cima de uma árvore sobranceira ao curral, e ao cair da noite trataram de subir à árvore, o último de "boles à boca", pois já sentiam uma restolhada!... Seguiu-se

uma autêntica fuzilaria e os habitantes saíram à rua a espreitar os resultados da guerra... Em breve chegaria uma carrinha trazendo o leão, bicho imponente, motivo de fotos e falatório!... A fêmea viria a ser envenenado numa fazenda próxima, depois de matar outro bovino. Do episódio ficaram até hoje as trovas do poeta popular, mestre de viola e animador de tantas noites de chamarritas e baillhos, mestre João da luz, há anos falecida na Terceira.

Estamos no ano decisivo de 1974: 25 de Abril, suposta alvorada de esperança, dado que em S. Jorge do Katofe todos estavam de acordo com a independência, para todo o povo angolano; de paz, ordem e progresso. Por coincidência, nesse mesmo dia deslocou-se à Administração do Concelho uma delegação de lavradores com as suas carrinhas carregadas de leite, a fim de pedir ao Governador do Distrito a sua interferência junto do Governo, com vista à subida do preço do leite dos 3\$00/litro para um preço que compensasse o produtor. Aí tivemos conhecimento do que se passava em Lisboa, nesse dia.

Em 26 de Setembro de 1974 comemoram-se as Bodas de Prata da Cooperativa Açoreana; um tempo muito curto na vida de um povo, mas tempo de alegria, de reflexão e progresso imparável. Como corolário, a Junta de Povoamento acabava de ligar todas as fazendas com estradas rurais com pavimento de laterite, levando à estrada principal asfaltada, o Posto de lacticínios e à povoação.

Porém, a partir dos meados do ano de 1975, os açorianos do Katofe foram confrontados com a dura, amargo e triste realidade: a independência não seria calma e pacífica, como se antevira um ano antes. A gente de paz

e de trabalho de S. Jorge do Katofe, corno a maioria dos euro-angolanos, seria obrigada a abandonar tudo o que constituía o seu mundo: os seus haveres, alguns trazidos dos Açores, os seus mortos, as suas próprias recordações, as suas vivências multi-raciais. Com prejuízo de todo o povo angolano. No último dia da nossa estadia em Katofe, disse-nos um chefe de aldeia (soba) afro-angolano: «Vocês ainda têm uma terra para onde partirem, nós vamos ficar aqui a morrer de fome, de guerra e de doença!» Prova provada de que os euro-angolanos constituíam o cimento dessa Nação. Veja-se o que veio a acontecer até hoje com a trágica e irresponsável descolonização...

Em Agosto e Setembro inicia-se a partida: famílias inteiras através de Angola em direcção à África do sul; de avião até Lisboa, para os Açores, Estados Unidos, Venezuela, Brasil e Canadá. Diáspora de gente lusíada em busca de oásis de Paz!...

Para trás ficava tudo, além do mais cerca de 20.000 cabeças de gado bovino; para dali a um ano serem apenas 600, até que nado mais sobrou!

Não posso encerrar esta memória sem lembrar os já falecidos, dos dezanove associados fundadores do “A Açoreano”, em Angola: João Alves de Oliveira, o afamado João do Katofe, e também João leal, coração maior que o corpo, sócio n.º 1, o primeiro a ser sepultado no cemitério do Katofe quando até aí se fazia na Kibala a 15 kms. Ainda em Angola: José do Rosário, José leal de Oliveira e Braúlio Teixeira de Matos. Nos Açores: João Faustino da Silveira, José Teixeira de Matos, José Lopes dos Santos e João Bettencourt. Na Califórnia: Emílio Dias, Manuel Herculano de Matos, António Alves de Sousa; e na Costa leste: João

Rodrigues. Doze dos dezanove. Não seria possível mencionar mais nomes, dos que se inscreveram ao longo dos anos, mas aqui fica a minha homenagem simples aos sinceros a essas mulheres e homens – jorgenses de escol!

Em memória de todos, ousou transcrever os versos do poeta angolano Vieira da Cruz:

### **Colono**

A terra que lhe cobriu a rosto e lhe beijou o último sorriso,  
foi ele a primeira homem que a pisou!  
Ele venceu a terra que o venceu.  
Ele construiu a casa onde viveu...  
Ele desbravou a terra heroicamente  
Sem um temor, sem uma hesitação  
– terra fecundo que lhe deu pão  
e lhe floriu a mesa de tacula...  
Foi arquitecto e foi também pintor,  
Porque pintou de verde a sua esperança  
Esculpiu no própria alma um sonho enorme,  
Por isso foi também grande escultor!  
O que aprendeu foi Deus que o ensinou,  
lá na floresta virgem, imensa catedral,  
onde tanto vez ajoelhou!

E assim a Décima Ilha dos Açores se foi incrustando na bruma da memória, vivência que foi realização plena, saudade que perdurará...

Permitam-me terminar pela pena do grande poeta Fernando Pessoa:

“Valeu a pena? Tudo vale a pena, se a alma não é pequena!...”

#### **BIBLIOGRAFIA:**

1. Boletim Oficial de Angola – III Série, n.º 48 de 7/12/1949
2. Estatutos da Cooperativa “A Açoreana”, S.C.L.R.L.
3. Relatório Impresso e Contas de 1961.
4. Apontamentos, exposições e escritos contemporâneos dos acontecimentos.
5. Jornal “Diário Insular” de 25/11/1954, 26/11/1954, 08/03/1958, 09/10/1958, 11/11/1958 e 28/06/1961

# angola e o futuro

Por considerarmos oportuno, transcrevemos, sem comentários e para reflexão, o artigo da Dr<sup>a</sup> Maria de Jesus Barroso, presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, publicado no jornal diário “Correio da Manhã” de 10 de Setembro de 2002.



Maria de Jesus Barroso \*

Em Julho passado – de 21 a 29 – uma representação da Cruz Vermelha Internacional deslocou-se a Angola com a missão de analisar a situação social naquele país e procurar identificar a extensão da ajuda humanitária necessária para acudir aos inúmeros problemas com que se confronta a população neste especial momento.

Saídos de um período muito longo de guerra, é evidente que as carências são imensas, sobretudo no âmbito da alimentação e da saúde. Entre muitas outras, essas são as imediatas para combater as impressionantes percentagens de mortos, doentes e amputados. Comoveu-nos particularmente a situação de milhares de crianças desprotegidas.

Fomos ao Huambo onde visitámos um hospital, um centro ortopédico e verificámos o estado das povoações, das casas e das ruas – brutalmente danificadas pela guerra; visitamos vários outros lugares de acantonamento de ex-militares e de populações civis deslocadas, nomeadamente na região do Bengo. No total, as diversas equipas de trabalho estiveram em 13 províncias do país.

Podemos, assim, entender quais os artigos de que mais necessitam; alguns deles verdadeiramente elementares, como é o caso, por exemplo, de pilhas vulgares para os instrumentos que utilizam no centro ortopédico e a que nós podemos, de imediato, acudir, entre muitas outras coisas.

As alfaias agrícolas também são absolutamente necessárias para trabalharem as terras abandonadas, muitas delas com o perigo das minas que estão espalhadas, em grande quantidade, pelo país todo. A este propósito, e em abono da verdade, devo dizer que antes de partirmos tinha seguido um avião com alfaias agrícolas enviado pelo Governo português.

Um dos problemas que nos pareceram de maior gravidade e complexidade é o da reinstalação das populações fugidas das suas terras de origem e, sobretudo, da reinserção na sociedade dos milhares e milhares de indivíduos cuja função, durante os anos que duraram os combates daquela guerra fratricida, foi a de matar os inimigos de então, procurando salvar a própria vida. É este um dos trabalhos mais complicados, mas indispensável e urgente para que não haja um retrocesso em relação à paz. Há jovens que não conheceram outra situação se não a da violência, a da guerra.

Aliás, essa é uma das preocupações dos grandes organismos internacionais – como é o caso da ONU e da Cruz Vermelha Internacional – e até dos próprios responsáveis do Governo angolano que estabeleceram “Normas sobre o reassentamento das populações

deslocadas”. Esta lei “estabelece normas mínimas relativas à reinstalação dos deslocados internos e visa garantir o respeito dos direitos e da segurança de tais pessoas durante todo esse processo. É a primeira vez que um Governo utiliza os Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos da ONU como base da sua lei interna. As Normas incluem as disposições dos Princípios Orientadores da ONU relativas ao regresso, reinstalação e reintegração. Para além de definirem os direitos dos deslocados, sublinham ainda a natureza voluntária do processo de reinstalação e a participação dos deslocados no planeamento e gestão da reinstalação” (Dados revelados pelo Relatório “A Guerra Chegou ao Fim: Subsiste a Crise dos Deslocados Internos de Angola – Documento Informativo – elaborado pela Human Rights e pela Associação Justiça, Paz e Democracia).

Trabalhos, portanto, imensos para os angolanos mas que contarão com a fraternidade das Instituições Portuguesas, a todos os níveis e com a solidariedade da Cruz Vermelha Nacional e Internacional.

Temos fé que a nossa ajuda possa ser útil ao Povo Irmão de Angola, ao qual nos sentimos ligados por laços de cultura e de afecto inapagáveis. Contamos, para isso, com a resposta do Povo Português que tão bem tem sabido corresponder a todos os apelos de solidariedade que lhe têm sido feitos, em vários momentos da nossa História recente.

\* Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, que lançou a campanha sob o lema “Angola: reconstruir o futuro”

